



Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

MENSAGEM Nº 015/2024

Santa Leopoldina/ES, 08 de maio de 2024.

Ao: Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo.

Em cumprimento ao disposto nos Art. 79, Inc. XXVIII, 108 e 112 da Lei Orgânica do Município de Santa Leopoldina, encaminhamos a essa Egrégia Câmara Municipal, o Projeto de Lei que propõe a cessão de bens municipais para terceiros, a saber, o objeto em questão é a Escola Municipal Eturbides Freitas, desativada desde do ano de 2022.

O imóvel cedido será fiscalizado pela Secretaria Municipal de Educação e pela Comissão de Chamamento Público de Seleção, Avaliação e Monitoramento.

Certos da valiosa atenção de V.Exa. e demais vereadores, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

ROMERO LUIZ
ENDRINGER:57936722734

Assinado digitalmente por
ROMERO LUIZ
ENDRINGER:57936722734
Data: 2024.05.08 11:09:58
-0300

ROMERO LUIZ ENDRINGER
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

JUSTIFICATIVA

A consideração dos senhores Edis.

Em anexo estamos encaminhando para apreciação e aprovação desse Colendo Poder Legislativo o Projeto de lei nº ____/2024, que **AUTORIZA A CESSÃO DE BENS MUNICIPAIS PARA TERCEIROS, DE ACORDO COM OS ARTS. 79, XXVIII, 108 E 112 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**, tendo como objeto a Escola Municipal Eturbides Freitas, desativada desde do ano de 2022.

A seleção dos projetos das Organizações de Sociedade Civis – OSC's, sem fins lucrativos, ocorrerá por meio de realização de Chamamento Público, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, e suas alterações; com aplicação subsidiária do Decreto Municipal nº. 327/2019.

Certo de que o assunto será acolhido por essa Casa Legislativa, reafirmo, na oportunidade, elevados votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

ROMERO LUIZ
ENDRINGER:57936722734

Assinado digitalmente por
ROMERO LUIZ
ENDRINGER:57936722734
Data: 2024.05.08 11:10:11
-0300

ROMERO LUIZ ENDRINGER
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 015 / 2024

**AUTORIZA A CESSÃO DE BENS
MUNICIPAIS PARA TERCEIROS, DE
ACORDO COM OS ARTS. 79, XXVIII,
108 E 112 DA LEI ORGÂNICA
MUNICIPAL.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Cessão de bens municipais para terceiros, conforme os arts. 79, Inc. XXVIII, 108 e 112 da Lei Orgânica do Município de Santa Leopoldina, e, firmar Acordo de Cooperação com Organização da Sociedade Civil - OSC, na modalidade de Chamamento Público, de acordo com a Lei nº 13.019/2014 e suas alterações. Parágrafo único: O imóvel a ser cedido pertence ao Patrimônio Público Municipal, conforme descrição no Anexo I da presente lei.

Art. 2º A Organização da Sociedade Civil - OSC que tiver seu projeto aprovado no Chamamento Público ficará responsável por todas as despesas diretamente ligadas à conservação e manutenção do imóvel, bem como, do profissional e funcionário que ali prestar serviço, inclusive dos respectivos encargos sociais e responderá civil, administrativamente e penalmente por todos os prejuízos ou danos que causar a seu empregado ou preposto e a terceiros.

ROMERO LUIZ
ENDRINGER:57936722734

Assinado digitalmente por
ROMERO LUIZ
ENDRINGER:57936722734
Data: 2024.05.08 11:10:22
-0300



Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

Art. 3º A utilização do referido imóvel, será exclusivamente para atender as necessidades da Organização da Sociedade Civil - OSC e a fiscalização da execução do Acordo de Cooperação será exercida pela Secretaria Municipal de Educação com o apoio da Comissão de Chamamento Público de Seleção, Avaliação e Monitoramento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 08 de Maio de 2024.

ROMERO LUIZ
ENDRINGER:57936722734

Assinado digitalmente por
ROMERO LUIZ
ENDRINGER:57936722734
Data: 2024.05.08 11:10:34 -
0300

ROMERO LUIZ ENDRINGER
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº ____/2024

LOTE	NÚMERO PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
01	-	Escola Municipal Eturbides Freitas	Imóvel que será utilizado para atividades desenvolvidas pela Organização da Sociedade Civil - OSC.

ROMERO LUIZ
ENDRINGER:57936722734

Assinado digitalmente por
ROMERO LUIZ
ENDRINGER:57936722734
Data: 2024.05.08 11:10:45 -
0300



**ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITARIA DO RIO DA PRATA – SANTA LEOPOLDINA – ES.**

COMUNICADO

AOS 29 DE MAIO DE 2021, CONFORME EDITAL DO DIA 07 DE MAIO DE 2021, PARA REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA. A ENTÃO VICE PRESIDENTE, Nanci Dorta Barcellos Saudou a todos os presentes com uma boa tarde, Agradecendo a presença de todos nesta tão importante reunião. Dando prosseguimento, a Sr^a Nanci Dorta Barcellos, agradeceu pelo bom empenho prestado da então diretoria em relação aos assuntos relacionados a associação. Também foi destaque a apresentação das contas de (2020-2021) sendo aprovado por todos presentes, sendo assim dentre os presentes e associados, formou-se então uma chapa única, que após apresentada foi eleita por todos. Ficando assim representando a associação comunitária do Rio da Prata-Santa Leopoldina-Espirito Santo, para os anos (2021-2023) inscrita no CNPJ: 01.872.212/0001-21, estabelecida na Rodovia Bernardino Monteiro – Rio da Prata – Santa Leopoldina – ES. **PRESIDENTE:** Robert Willian Perтеле Vieira, Brasileiro, Casado, CPF:009.686.367-64 CI:16.573-9(PMES); **VICE – PRESIDENTE:** Nanci Dorta Barcellos, Brasileira, Casada, CPF: 719.653.007-15 CI: 635.022; **TESOUREIRO:** Lidiomar Santanna Gonoring, Brasileiro, Casado, CPF:110.155.667-66 CI:3.383.949 ES; **2º TESOUREIRO:** Ronaldo Barcellos, Brasileiro, Casado, CPF:020.148.837-00 CI:1.080.334 ES; **SECRETÁRIO:** Valderir Jesus de Santana, Brasileiro, Casado, CPF:016.152.575-00 CI:133.790.3477 ES; **VICE – SECRETÁRIO:** Natalino Keffer, Brasileiro, Casado, CPF:756.966.497-34 CI:824.850-ES; **CONSELHO FISCAL:** Wesley Bruno Gonoring, Brasileiro, Casado, CPF:123.265.257-10 C:13.585.490 ES; ES, Ademar Gonoring, Brasileiro, Divorciado, CPF:005.196.067-28 CI:- ES, Leonardo Barcellos, Brasileiro, Casado, CPF:732.204.007-44, CI:59.45.78-ES. **SUPLENTES-**

FISCAIS: Romario Barcellos, Brasileiro, Solteiro, CPF:146.715.787-2, CI:3574863-ES, Aldeir-Barcellos, Brasileiro, Solteiro, CPF ES. NÃO HAVENDO NADA MAIS A TRATAR A ENTÃO VICE-PRESIDENTE Nanci Dorta Barcellos Empossou a Nova Diretoria, a qual o novo presidente Robert Willian Perтеле Vieira agradeceu a confiança de todos e desejou sucesso e bom trabalho a todos a frente da diretoria!!!



Reconheço POR SEMELHANÇA a firma de **LIDIOMAR SANTANNA GONORING**, Em Testemunho da verdade. Santa Leopoldina-ES, 15/07/2021, 09:49:17.

Antônio Marcos dos Santos - Oficial e Tabelião Substituto. Selo Digital: 023531.CTD2104.00439. Emolumentos: R\$ 5,71 Encargos: R\$ 1,74 Total: R\$ 7,45. Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

VÁLIDO SOMENTE SEM RASURAS E/OU EMENDAS



Lidiomar Santanna Gonoring



TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DA SEDE

José Leandro Silva - Tabelião e Oficial
Av. Presidente Vargas, 1631 - Centro - CEP: 29640-000 - Santa Leopoldina-ES - Fone: (27) 3560.0100

Reconheço POR SEMELHANÇA a firma de **ROBERT WILLIAN PETERLE VIEIRA**, Em Testemunho da verdade. Santa Leopoldina-ES, 15/07/2021, 09:47:59.

Antônio Marcos dos Santos - Oficial e Tabelião Substituto. Selo Digital: 023531.CTD2104.00437. Emolumentos: R\$ 5,71 Encargos: R\$ 1,74 Total: R\$ 7,45. Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

VÁLIDO SOMENTE SEM RASURAS E/OU EMENDAS





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Estado do Espírito Santo



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO - REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA/ES

CRISTHIANO SOUZA PIMENTEL - OFICIAL TITULAR

Rua Bernadino Monteiro, nº 77 - Centro - ES

PROTOCOLO: 3917 - DATA DO REGISTRO: 12/07/2021

ATOS PRATICADOS: Livro A Averbação do Registro Nº1364

PROC. DE DADOS: 1

DIGITALIZAÇÕES: 7

EMOLUMENTOS(Leis 4847/93, 6670/01) =	R\$180,28
FUNEPJ (Lei Compl. 257/02,307/04 e Ato 139/05-CGJ-ES)=	R\$18,09
FARPEN (Lei. 6.670/01 - ES e Ato TJES n. 678/02)=	R\$0,00
FADESPES (Lei Compl. 595/2011)=	R\$9,08
FUNEMP (Lei Compl. 386/2007)=	R\$9,08
FUNCAD (Lei Compl. 366/2006)=	R\$9,08
ISSQN=	R\$0,00
TOTAL=	R\$225,61

Selo Digital de Fiscalização: 021634.AFU1902.00376

Consulte autenticidade em

www.tjes.jus.br

O Oficial:

CRISTHIANO SOUZA
PIMENTEL

OFICIAL

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

0601313

21) Lucio Lorta Reis	X	X	X	X	X	X	X
22) Victor Dorta	X	X	X	X	X	X	X
23) Marshall Pantary	X	X	X	X	X	X	X
24) x Orlly Santana	X	X	X	X	X	X	X
25) Joaquin Idolpa	X	X	X	X	X	X	X
26) Anna de Souza Idolpa	X	X	X	X	X	X	X
27) Angela Maria Lorta Buzzato	X	X	X	X	X	X	X
28) Nene Dorta Barrellus	X	X	X	X	X	X	X
29) Maria Cyra de S. Monteno	X	X	X	X	X	X	X
30) Roberto Alves de Oliveira	X	X	X	X	X	X	X
31) Regina Velina Souza Bruignara	X	X	X	X	X	X	X
32) Fátima de Fátima de Fátima	X	X	X	X	X	X	X
33) Eleni Dora Lorta	X	X	X	X	X	X	X
34) Dora de Fátima de Fátima	X	X	X	X	X	X	X

Aos vinte e três do mês de maio de um mil, novecentos e noventa e seis, às dezenove horas, os moradores da Comunidade do Rio da Prata se reuniram na cobertura ao lado da Escola dessa Comunidade para dar continuidade à discussão sobre a formação da Associação Comunitária e a instalação da CESAN nessa Comunidade. Dando início à reunião, Fátima leu a ata da reunião anterior e logo em seguida apresentou para todos os presentes o Estatuto da Associação, após sua reformulação, que foi realizada em reuniões da Diretoria Executiva Provisória. O Estatuto foi aprovado por todos na sua íntegra. Em seguida o Sr. Dorgival Batista Filho, sugeriu que fosse escolhido,



nesse mesmo dia, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da Associação, que todos concordaram prontamente, e a partir daí deu-se início à escolha dos nomes que comporiam a chapa e que cargos deviam ocupar. Para compor a Diretoria Executiva foram escolhidos o Sr. Firmino Scheppa como Presidente, o Sr. Wilson Lichtenhild como Vice-Presidente, a Sra. Nanci Dorta Barcellos como primeira Secretária, digo, tesoureira, o Sr. Robson Dorta como segundo tesoureiro, a Sra. Rania de Salina Contes Ontinguer Gelo como primeira Secretária, o Sr. Valério Nascimento como segundo Secretário e para compor o Conselho Fiscal foram escolhidos o Sr. Ademir Gonçong como Presidente do Conselho e a Sra. Regina Vieira Souza Bugnara e a Sra. Ângela Rania Dorta como conselheiras. Como suplentes do Conselho Fiscal foram escolhidos o Sr. Leonardo Barcellos, a Sra. Rania Ciria de Souza Contes e o Sr. Jorge Barcellos. Logo após houve a posse dos elitos, que foram aplaudidos por todos os presentes. Em seguida o Sr. Dorgival dando início à discussão da instalação da CESAN na comunidade, falou dos benefícios e os custos que serão aplicados pela CESAN, num total de trinta e dois mil reais, e citou o exemplo de outras comunid.

des onde a empresa já está desen-
volvendo trabalhos desse mesmo tipo.
Falar depois das três possibilidades para
a captação da água, para que a
comunidade decidisse qual seria a
melhor maneira. A primeira hipótese
é de que a captação da água de-
veria acontecer na nascente existente
na comunidade e onde deveria ser
construído a caixa de distribuição
e onde seria feito o tratamento da
água, mas como a vazão de água
não seria suficiente, seria preciso co-
locar uma bomba no rio para bom-
bejar água para a caixa distribuidora,
na nascente, o que acarretaria mais
despesas, uma vez que seria neces-
sário o consumo de energia elétrica.
A segunda hipótese é de que a água
fosse captada diretamente do rio, pró-
ximo a casa do Sr. Vitinho e depois
bombeada para a caixa de distribui-
ção e tratamento que seria construí-
da próxima a casa do Sr. João
"Gaiola", numa altura que desse pa-
ra atender a todos por declividade.
A terceira hipótese é a de que a
água seria captada na Lachoeira
de propriedade da Sra. Vera Uilella,
e a caixa de distribuição e trata-
mento seriam construídas lá mesmo,
numa altura que desse para aten-
der a todos por declividade e se
no futuro viesse a faltar água no

local, a CESAN se comprometeria a captar a água na Cachoeira Uên da Neiva e pagar até esse caixa d'água. O Sr. Auri falou da presença de um grador neste local, utilizado pelos moradores dessa propriedade, uma vez que no local não existe energia da ESCELSA. O Sr. Vargival disse que seria possível que a CESAN instalasse um transformador nesse local; O Sr. Nilson afirmou que eles já têm o transformador. Em seguida algumas pessoas deram o seu parecer e a maioria foi a favor da vinda da CESAN, o Sr. Vargival pediu então uma definição sobre a captação da água, todos se manifestaram a favor da terceira hipótese. O Sr. Eirmino falou que deveriam ser escolhidas duas pessoas para ficarem responsáveis pelo tratamento da água. O Sr. Auri disse que D. Helena e o Sr. Olamipi se comprometeram a pagar cinquenta por cento do salário dessas pessoas. A escolha das duas pessoas fica para ser definido em outra ocasião. Sem mais nada para ser discutido, o Sr. Vargival deu por encerrada a sessão e em Maria de Sâtioma, lavrei esta ata, a qual foi lida, discutida e achada conforme e assinada pelos presentes. X X X X

Rose

-- CARTORIO DO 1.º OFICIO --
Santa Leopoldina - Espírito Santo
REGISTRO DE PESSOAS NINGUAS

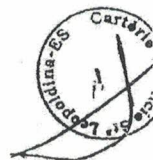
Livro: A-2
 Folhas: 010
 Indebido nº 295 REG. 650
 Certificado que foi registrado
 no Livro A-2 em _____ data _____
 Santa Leopoldina (ES), 11 de 12 de 96
el
 Genilda Queiroz Barbosa Rocha
 OFICIAL

Lista de presença da 1ª Reunião da Direto-
ria da Associação Comunitária do Rio da Luta
realizada dia 03 de fevereiro de 1997.

1- República	X X X X X X X X X X X X X X
2- Victor Doroteo	X X X X X X X X X X X X
3- Angela Marie Warte Puzato	X X X X X X X X X X
4- Valerio Nascimento	X X X X X X X Y X X X X X X
5- Belin Doroteo	X X X X X X X X X X X X X X
6- Adequon Fomaring	X X X X X X X X X X X X X X
7- Nanci Doroteo Barcellos	X X X X X X X X X X X X X
8- Jorge Barcellos	X X X X X X X X X X X X X
9- Firmino Idoppa	X X X X X X X X X X X X X X

A 10x20 grid of handwritten 'X' marks. The marks are written in a consistent, slightly slanted style, filling the grid in a regular pattern. This appears to be a form of shorthand or a data visualization.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO RIO DA PRATA
SANTA LEOPOLDINA-ES



Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E ÁREA DE ATUAÇÃO

Art. 1º – A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO RIO DA PRATA, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na comunidade do Rio da Prata, Município de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, fundada em 13 de abril de 1996, com prazo de duração indeterminado, é órgão representativo da comunidade do Rio da Prata e por seus membros integrados.

Art. 2º – A área de abrangência da Associação compreende a Comunidade do Rio da Prata.

Art. 3º – A Associação reger-se-á pelo presente Estatuto e Leis que lhe forem aplicáveis.

Capítulo II

DAS FINALIDADES

Art. 4º – A Associação tem por finalidade:

I – promover o desenvolvimento da comunidade através da realização de obras e ações, com recursos próprios e/ou obtidos por doação ou empréstimo;

II – representar a Comunidade junto a órgãos públicos ou privados no atendimento de suas reivindicações;

III – proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da comunidade, através da integração de seus moradores;

IV – proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas;

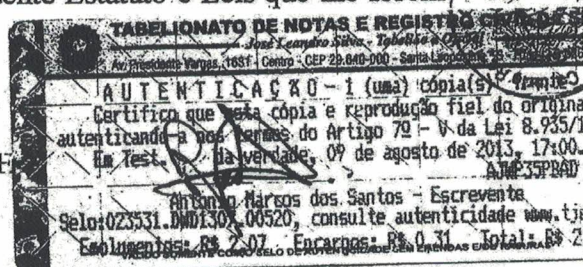
V – promover atividades assistenciais, direta e indiretamente;

VI – conscientizar a comunidade de suas potencialidades, levando-a a responder aos seus anseios.

Capítulo III

DOS ASSOCIADOS

Art. 5º – podem associar-se à Associação as pessoas físicas maiores de dezoito anos e capazes para atos civis, que residam na área da comunidade,



profissionais que exerçam atividades junto às comunidades e, bem assim, pessoas jurídicas de direito público e privado, legais ou religiosas.



Parágrafo único – A qualidade de associado é adquirida mediante registro formal.

Art. 6º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Associação.

Art. 7º - Haverá as seguintes classes de sócios:

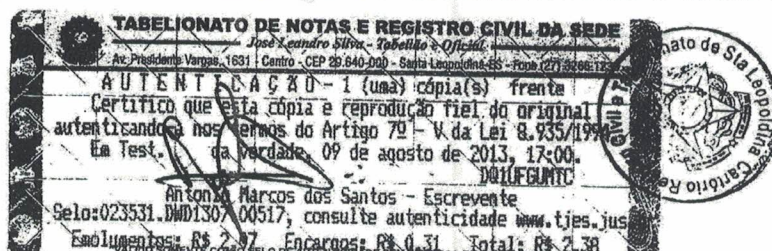
- I – fundadores os membros que subscreverem a ata de fundação;
- II – efetivos aqueles admitidos de conformidade com o art. 5º e seu Parágrafo único;
- III – honorários aqueles que, tendo prestado inestimáveis serviços ao Conselho, sejam reconhecidos em Assembléia Geral dignos da honraria;
- IV – contribuinte os órgãos e entidades públicas ou privadas, legais ou religiosas, que prestem serviços à comunidade;

Parágrafo único – Os sócios honorários estão isentos das contribuições devidas à Associação e não gozam do direito de votar e serem votados.

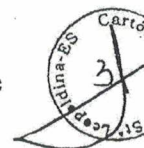
Art. 8º - São deveres dos associados:

- I – cumprir as disposições deste Estatuto e respeitar as decisões tomadas pelos órgãos de administração;
- II – zelar pelos interesses da Associação;
- III – contribuir financeiramente para com a Associação;
- IV – cumprir pontualmente com os compromissos assumidos perante a Associação;
- V – comparecer, quando convocado, às reuniões da Diretoria Executiva;
- VI – solicitar, por escrito, o seu desligamento da Associação, quando de seu interesse.
- VII – participar, direta ou indiretamente, de todas as ações que objetivarem o engrandecimento da Associação ou o desenvolvimento econômico e social da comunidade.

Parágrafo único – A Assembléia Geral poderá instituir uma contribuição para os associados que poderá basear-se em um percentual incidente sobre o salário mínimo vigente no país.



Art. 9º - São direitos dos associados, quites com a tesouraria da Associação e em pleno gozo das regalias que lhes asseguram este Estatuto:



I – tomar parte das Assembléias Gerais, discutir, propor, deliberar, votar e ser votado;

II – utilizar-se de todos os serviços mantidos pela Associação;

III – participar das atividades programadas pela Associação;

IV – fazer parte das comissões de trabalho, da representação de núcleos da Associação ou de departamentos instituídos pela Diretoria Executiva;

V – propor à Diretoria Executiva, ainda que através de representantes de núcleos da Associação, medidas de interesse da comunidade;

VI – desligar-se a qualquer tempo da Associação, mediante solicitação por escrito;

VII – recorrer dos atos da Diretoria Executiva, quando julgados prejudiciais aos seus direitos e interesses.

Art. 10 – Serão excluídos do quadro social os associados que:

I – deixarem de cumprir as obrigações previstas neste Estatuto;

II – danificação o patrimônio da Associação.

Parágrafo único – Os sócios excluídos do quadro social não poderão reclamar a restituição de qualquer contribuição que haja feito à Associação.

Capítulo IV

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 – O Conselho será dirigido pelos seguintes órgãos:

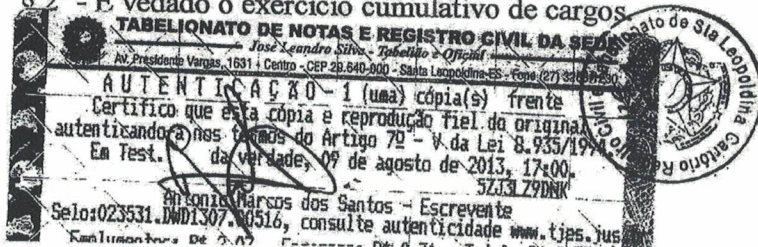
I – Assembléia Geral;

II – Diretoria Executiva;

III – Conselho Fiscal.

§ 1º - O exercício de quaisquer das funções requeridas para o funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerada.

§ 2º - É vedado o exercício cumulativo de cargos



DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 12 – A Assembleia Geral é o órgão supremo da Associação, constituída por sócios em pleno exercício dos seus direitos. As deliberações serão tomadas com a aprovação da maioria simples dos presentes, através do voto. Em caso de empate, o voto de qualidade será dado pelo presidente da Assembleia. Cada Associado só terá direito a um voto, não sendo permitido votar por procuração.

§ 1º - A Assembleia Geral reúne-se ordinária ou extraordinariamente, por convocação da Diretoria Executiva ou mediante requerimento assinado por dez por cento dos associados.

§ 2º - A convocação da Assembleia Geral é feita através de edital, afixado na sede da Associação e publicado nos veículos de comunicação disponíveis na comunidade, com antecedência de oito dias. Do edital deverá constar data, hora e local de realização da Assembleia, ordem do dia a ser apreciada e outras observações julgadas convenientes pelos convocadores.

§ 3º - Para participar das Assembleias Gerais, exceto a de fundação, com direito a voto, os associados deverão estar filiados pelo menos trinta dias antes de sua convocação.

§ 4º - A Assembleia Geral Ordinária reúne-se e delibera:

I – em primeira convocação com a presença da maioria absoluta;

II – em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de qualquer número de associados.

§ 5º - A Assembleia Geral Extraordinária reúne-se e delibera:

I – em primeira convocação com a presença da maioria absoluta;

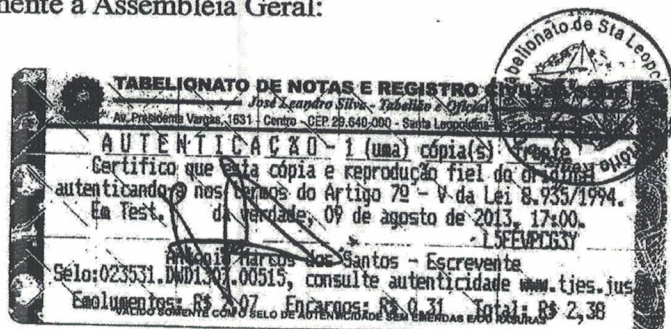
II – em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de qualquer número de associados.

§ 6º - Preside a Assembleia Geral qualquer associado escolhido por aclamação entre os presentes. O presidente escolhido poderá convocar qualquer associado participante da Assembleia para secretariar os trabalhos.

§ 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á obrigatoriamente na segunda quinzena de maio, de dois em dois anos, para eleger a diretoria Executiva e o Conselho Fiscal; extraordinariamente, sempre que as necessidades da comunidade exigir.

§ 8º – Compete privativamente à Assembleia Geral:

I – reformar o Estatuto;



II – eleger ou destituir, a qualquer tempo, membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

III – autorizar a realização de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e a constituição das garantias exigidas

IV – autorizar a alienação de bens obsoletos ou sem utilidade;

V – aprovar o balanço financeiro da Associação.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 13 – A Diretoria Executiva é composta de um presidente, um secretário e um tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de dois anos, podendo ser reeleito. (alterado por decisão Assembléia Geral Ordinária de 31/05/2008)

Art. 14 – A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês por convocação do presidente, e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, também por convocação daquele.

Art. 15 – As reuniões da Diretoria Executiva serão presididas pelo presidente.

Parágrafo único – As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria simples.

Art. 16 – Compete à Diretoria Executiva:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

II – acolher reclamações dos associados;

III – encaminhar até quinze de maio de cada ano, para aprovação da Assembléia Geral, relatórios anuais das atividades desenvolvidas pela Associação;

IV – aprovar o quadro de pessoal administrativo da Associação;

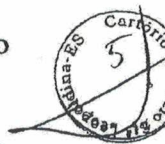
V – exonerar, a pedido ou por motivos relevantes, sócios do quadro social;

VI – convocar a Assembléia Geral;

VII – interpretar o presente Estatuto e decidir sobre casos omissos.

Art. 17 – Compete ao Presidente:

I – representar a Associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;



II – proteger o patrimônio da Associação;

III - alienar, mediante anuência da Assembléia Geral, bens obsoletos ou sem utilidade para a comunidade;

IV – realizar, mediante aprovação da Assembléia Geral, a contratação de empréstimos e outras obrigações pecuniárias;

V – receber doações em nome da Associação;

VI – examinar e assinar com o tesoureiro, balancetes mensais e balanços;

VII – aprovar proposta de inscrição de sócios;

VIII – movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o tesoureiro;

IX – assinar com o secretário as correspondências da Associação

Art. 18 – Compete ao Secretário:

I – organizar e dirigir todos os assuntos da Secretaria da Associação;

II – assinar com o presidente a correspondência da Associação;

III – ser substituído pelo 2º Secretário, em suas ausências e impedimentos.

Art. 19 – Compete ao Tesoureiro:

I – responder pela guarda dos valores e títulos da Associação;

II – movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o Presidente;

III - assinar com o Presidente balancetes mensais, balanços e contratos de empréstimos;

IV – ser substituído pelo 2º Tesoureiro em suas ausência ou impedimentos.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 20 - O Conselho Fiscal é composto de três membros, eleitos pela Assembléia Geral, dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de dois anos. (alterado por decisão Assembléia Geral Ordinária de 31/05/2008)

Parágrafo único – Serão eleitos também três suplentes para o Conselho Fiscal.

Art. 21 – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês para examinar as contas da Diretoria Executiva e emitir parecer que será assinado por todos os seus membros e, extraordinariamente, quando for julgado necessário.



Art. 22 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar todo o movimento financeiro da Associação, quer de receita, quer de despesas;

II – verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica estão sendo utilizados com zelo e bem guardados;

III – fazer relatório circunstanciado de quaisquer perícias levadas a efeito, encaminhando-o ao Presidente da Diretoria Executiva.

Capítulo V

DAS ELEIÇÕES

Art. 23 – A eleição para membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação secreta.

Art. 24 – Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos dos sócios presentes às eleições.

Capítulo VI

DO PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

Art. 25 – O patrimônio é ilimitado e constituído por todos os bens e direitos que o Conselho possui ou vier a possuir, a saber:

I – bens móveis e imóveis adquiridos;

II – doações, heranças ou legados de pessoas físicas e/ou jurídicas.

Parágrafo único – Nenhum bem pertencente ao patrimônio do Conselho poderá ser alienado, vendido, hipotecado ou penhorado sem expressa autorização dos associados, em Assembléia Geral.

Art. 26 – Constituem recursos financeiros do Conselho:

I – auxílios financeiros obtidos de qualquer origem;

II – contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos;

III – subvenções e auxílios estabelecidos pelos poderes públicos;



3

Handwritten signature.

Handwritten signature.

IV - Rendas decorrentes da exploração de bens próprios ou da prestação de serviços;

V - Contribuições dos associados;

VII - Quaisquer outros recursos que lhe foram destinados.

Parágrafo único- Os recursos financeiros serão mantidos em depósitos, em bancos de reconhecida idoneidade.

Art.27- Em caso de extinção da associação comunitária do Rio da Prata, seu patrimônio, inclusive os recursos financeiros, será doado a entidades assistências, devidamente registradas no conselho nacional de serviços social, nomeados na assembléia geral de dissolução.

§ 1º-A extinção da associação se dará por decisão da assembléia geral extraordinária especialmente convocada para esse fim.

§ 2º- Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pelo conselho.

Capitolo VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS


Art.28º - O mandato dos membros da diretoria executiva e do conselho fiscal expirará no dia 1º de junho a cada dois anos.(Alterado por decisão da Assembléia Geral realizada em 31/05/2.008)

Art.29º- Os casos omissos serão decididos pela diretoria executiva

Rio da Prata, Santa Leopoldina-ES, 31 de maio de 2.008.

Finis Schyff

Director Presidente


Diretor

Director Secretario

Luizini Lima Vieira
Diretor Tesoureiro

Director Tesoureiro



TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DA SEDE
José Leônardo Silva - Tabelião Oficial
 Av. Presidente Vargas, 1891 - Centro - CEP 21.640-009 - Santa Leopoldina - ES - Fone: (21) 3266.1230

Reconheço supra-assinada por semelhança as firmas de firmado
 scheppa, irapuan potiquara benicio pinp3o, luzineti lima
 vieira. *****
 Em Test. *A* da verdade, 23 de novembro de 2011, 11:05:47.
A 252395-1

Benjamin Francisco Silva - Escrivente
 Selo: 023531-Nº X1102.00257, consulte autenticidade www.tjes.jus.br
 Emolumentos: R\$ 9,00 Encargos: R\$ 0,00 Total: R\$ 10,89

TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DA FÉZ
Just. T.º Supremo Silvio T.ºello e O.ºida
 Av. Proibichini Vargas, 1631 - Centro - CEP 28.640-000 - Salta (Argentina) - Fone: (0342) 422.122

AUTENTICACÃO - Y (uma) cópia(s) frente e verso
 Certifico que esta cópia e reprodução fiel do original
 autenticando-se nos termos do Artigo 70 - V da Lei 8.935/1994.
 Em Test. da veracidade, 09 de agosto de 2013, 17-M, 73M10002

Antônio Marcos de Santos - Escrivente
 Selo: 023331, DM1201, 00514, consulte autenticidade www.tjes.jus.br
 Em 04/09/2013, às 2:07, Encargado: 08.0.31 Total: R\$ 2,38

A handwritten signature in black ink, appearing to be "R. B." or similar, written over a horizontal line.

08